

Resenha

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.49848>

A acumulação primitiva brasileira e a importância de uma educação agroecológica

Brazilian primitive accumulation and the importance of an agroecological education

La acumulación primitiva brasileña y la importancia de una educación agroecológica

João Nilo de Souza Nobre*

<https://orcid.org/0009-0001-1257-8286>

Resenha do livro: NOVAES, Henrique. *A educação ambiental anticapitalista: produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

Como citar esta resenha:

Nobre, João Nilo de Souza. “Resenha do livro: *A educação ambiental anticapitalista: produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia*, de Henrique Novaes”. *Locus: Revista de História*. n. 32, n. 1 (2026): 312-316.

Há muito domina na literatura contemporânea as discussões sobre como o projeto colonial continua em voga (Barros 2024). Neste sentido, faz-se oportuno questionar como esta conjuntura afeta as questões fundiárias no Brasil. Conforme mostrado em Oliveira, Borges e Marques (2024), a ditadura empresarial militar representou um importante momento de ofensiva do capital sobre as relações camponesas. Novaes (2025), em sua mais recente obra publicada pela editora Boitempo, como parte de uma coleção temática intitulada Mundo do trabalho, faz a relação entre as discussões contemporâneas sobre neocolonialismo e a história das lutas do campo.

* Historiador pela Universidade Estadual do Ceará e Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Publicou em 2025 o livro de ficção “Contos para ler no alpendre” e na área de não-ficção tem artigos publicados transitando pelas disciplinas de Arqueologia, História contemporânea e Literatura. nilonobrelobo@gmail.com.

No início de seu livro, o referido professor traz à tona o conceito marxista de acumulação primitiva para identificar, principalmente a partir da atuação da ditadura empresarial militar, como este processo está acontecendo neste exato momento no Brasil.

A base deste argumento, como em Marx, trata-se de mostrar que é o cercamento de terras que produz uma massa de trabalhadores despossuídos que forma o contingente de reserva de trabalhadores industriais. Ou seja, quando os camponeses não têm mais acesso a conseguir sua própria subsistência, sua única opção é migrar para as cidades e se juntar aos demais na competição por espaço no mercado assalariado. Esta característica é chamada de acumulação primitiva, que em Marx é considerada como a pré-história do capitalismo, no sentido de ser uma condição fundamental para a acumulação do capital: tirar das pessoas as condições de produzirem sua própria subsistência, não restando a estes indivíduos outra opção a não ser se converterem em vendedores de sua própria força de trabalho para outros. Conforme argumenta Novaes (2025), a história do trabalho assalariado na transição do feudalismo para o capitalismo, mostrada por Marx, continua atual.

Com base nos escritos de David Harvey, o autor explica como a partir de 1960 há uma maior ofensiva do capital internacional na intensificação da desapropriação e acumulação de terras. Aqui no Brasil, a partir da atuação da ditadura empresarial militar, tal faceta passou a ser chamada de “nova fronteira agrícola” e consistiu no projeto dos militares de ocupar vários territórios do Norte e Nordeste do país a partir de uma clara política de colonização (Ianni 2019).

Como resultado desta nova fronteira agrícola, houve maior grilagem de terras e um cercamento dos indígenas em pequenas reservas, que continuam a perder espaço até a atualidade para o agronegócio. Além disso, Novaes (2025) destaca que é a partir deste período que o Brasil entra na fase em que se impõe o pacote tecnológico da “revolução verde”, uma intensificação das relações mercantilistas internacionais levada a cabo por multinacionais gigantescas que passam a controlar a agricultura a partir de sementes transgênicas, maquinário agrícola, agrotóxicos e produtos farmacêuticos. Segundo o referido pesquisador, as principais características da Revolução Verde são: a acumulação primitiva (cujas atividades de grilagem, roubo de terras, assassinatos de lideranças e roubos de conhecimentos indígenas nunca cessaram na história do Brasil); a concentração ou domínio de terras por corporações transnacionais; pelo domínio quase completo da produção e distribuição de sementes e agrotóxicos por estas transnacionais e pela ausência de autonomia dos pequenos agricultores, cada vez mais dependentes de bancos e atrelados a corporações agroindustriais.

Entretanto, apesar deste vislumbre contextual, o autor também traça panoramas maiores sobre as contradições da contemporaneidade. Enquanto estamos todos sob esta ofensiva capitalista

que cada vez mais mercantiliza a todos os espaços da vida cotidiana, corroendo as condições de vida, é inegável que a fragmentação das pautas trazida pelo pós-modernismo a partir das disputas identitárias dificulta sobremaneira que se organizem lutas coletivas mais amplas. Autores como Barros (2024) identificam neste processo uma forma atual do próprio capitalismo cooptar os movimentos sob a égide da representatividade, reduzindo o risco de uma articulação política mais ampla.

Retomando a questão do colonialismo, Novaes (2025) também se debruça sobre como o ideário iluminista do progresso técnico e científico é usado como propaganda para disseminar a revolução verde de controle da agricultura através da ciência, em um ciclo de dependência mercadológica: a intensificação de monoculturas necessita de adubos específicos para a exploração especializada da fertilidade do solo, o que acaba desenvolvendo parasitas de forma anormal, os quais precisam de agrotóxicos específicos e a deterioração do solo aumenta a dependência para sua conservação química. “As monoculturas criam cada vez mais pragas e aumentam dramaticamente os problemas com insetos, fungos e as chamadas ervas daninhas” (Novaes 2025, 63). Enquanto isso, toda a educação capitalista é voltada para incentivar o progresso técnico/científico, propagandeando como o agronegócio é sustentável e a solução para todos os problemas brasileiros.

Partindo destes pressupostos, Novaes (2025) traça o conceito de agroecologia a partir de práticas sustentáveis de produtividade a longo prazo com a utilização de técnicas ecologicamente seguras, que não se preocupem unicamente com altos níveis de produtividade de um produto em particular, mas otimizando o sistema como um todo, diferenciando-se assim da agricultura industrial que é baseada na monocultura, pautada em espécies selecionadas para alto rendimento, com produção industrial a partir de mão de obra assalariada, para mercados distantes e que utilizam de combustíveis fósseis e produtos químicos.

Entretanto, enormes são os desafios para tal transição. Primeiro porque todo o ideal colonizatório, estrutura estatal e senso comum liberal são pró-capital, isso por si só já demonstra a dificuldade de se organizar uma nova forma de se relacionar com o mundo da produção de subsistência. Além disso, o saber científico tem sido, desde sempre, cooptado pelo objetivo iluminista do “progresso” e refém dos ditames do capital, ao passo que se faz cada vez mais necessária uma compreensão científica mais holística para o entendimento da complexidade social e do que poderia ser alterado.

Destaca-se também a criação de megacorporações transnacionais que controlam o mercado de sementes a partir da utilização da ciência para manipulação genética, os transgênicos. Ou as gigantes empreiteiras responsáveis pela instalação de matrizes energéticas para suprir o “progresso”, cujas obras também possuem enorme impacto ambiental e social. É a partir deste

contexto, de expansão da acumulação primitiva no Brasil nas últimas décadas, que Novaes (2025) discute a agroecologia e as escolas do trabalho, de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como locais em que se buscam novos modelos de formação para o trabalho que não seja alienante e apenas com a finalidade de gerar lucro.

Conforme apontado pelo professor, a partir dos anos 2000 o MST incorporou a agenda agroecológica em sua atuação, voltando-se para o estímulo da soberania alimentar, a busca de uma reforma agrária popular, a denúncia contra os danos da chamada revolução verde, entre muitas outras pautas, inclusive as discussões sobre gênero no trabalho campestre. Para que se chegue à sociedade agroecológica, são apontadas como necessárias diversas transformações sociais: uma reforma agrária, a superação do trabalho alienado visando apenas lucro, o avanço do feminismo e uma ênfase na soberania alimentar. A forma como se buscam tais objetivos é através da educação nos centros de agroecologia do MST, cujos pilares pedagógicos são apoiados tanto em Paulo Freire quanto em teóricos russos pós-revolução socialista e que visam formar trabalhadores mais conscientes politicamente, bem como educados com uma perspectiva mais coletiva e com ensino técnico voltado para a própria vida dos agricultores. O autor afirma que na concepção do MST “a agroecologia inclui o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos, a consciência política e organizacional” (Novaes 2025, 129).

Contudo, embora os eixos programático e pedagógico sejam bem delimitados, o autor não deixa de notar contradições e fragilidades sobre os acontecimentos. Uma vez que os trabalhadores do MST são também membros da sociedade brasileira, todos estão, assim como os outros, sujeitos às influências da ideologia hegemônica e sofrem também as pressões e influências das grandes corporações que controlam o comércio e produção agroindustrial, bem como são afetados por formas de controle mais sutis do capital como o atrelamento do crédito estatal à aquisição do pacote da revolução verde. Isso gera contradições internas ao movimento e acarreta que nem todos os assentamentos do MST são fundamentados na agroecologia.

Em um âmbito geral, as discussões apresentadas no livro são bastante pertinentes e o autor, ao destacar as contradições internas do MST, não se limita a traçar um panorama meramente elogioso e reconhece de forma madura as dificuldades de que tais iniciativas enfrentam, por mais utópicas que pareçam.

Em termos técnicos, a organização do livro a partir da coleção de textos produzidos em tempos diferentes por vezes dá a sensação de repetição de informações que poderiam ser mais bem apresentadas em um texto corrido. Capítulos com início, meio e fim, não apenas contribuem com a sensação de repetição de algumas discussões, como também mostram uma obra fragmentária com seus assuntos expostos de forma esparsa. Por isto decidi resenhar o livro apresentando as

principais ideias do texto em vez de fazer uma exposição mais minuciosa dos capítulos. Ainda assim, considero que é uma leitura fundamental para a compreensão de discussões contemporâneas sobre as lutas camponesas, o neocolonialismo e como a produção de alimentos está inserida neste contexto.

Tal livro traz à tona um importante debate que deve ser estimulado o máximo possível, sobre nossa relação de produção alimentar e a preservação ambiental. Após a aprovação no congresso da PL 2.159/2021 (PL da devastação que enfraquece o poder do Estado sobre o licenciamento ambiental), torna-se evidente que a investida destrutiva do capital sobre nossos biomas está longe de ter um fim, o que faz esta discussão ser atual não apenas pela data de publicação do livro resenhado, mas também por nos alertar sobre processos históricos que vêm se desenrolando e agravando nos últimos séculos e que são responsáveis pelos maiores desastres climáticos que temos assistido nas últimas décadas.

Referências bibliográficas

Barros, Douglas. *O que é identitarismo?* 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2024.

Ianni, Octavio. *A ditadura do grande capital*. 1.ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2019.

Oliveira, Vitor Wagner Neto de, Maria Celma Borges, e Gilberto de Souza Marques. Ditadura empresarial-militar e mineração na Amazônia: Paranapanema e os crimes contra os povos originários. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 44, nº 97, 1-26, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/dVxjkkpJvYNxHzNPgfzq3xk/>. Acesso em 23 mai. 2025.

Recebido: 15 de agosto de 2025

Aprovado: 29 de março de 2026